ESP - CENTRO DE MATERIAL DE INTENDÊNCIA

Termo de Referência 62/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
62/2026	933749-ESP - CENTRO DE MATERIAL DE INTENDÊNCIA	HELLEN EVELIN MEDEIROS RIBEIRO	24/11/2026 10:30 (v 0.24)

Status

DISPONIBILIZADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	26/2027	057.00460696/2026-01

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de **Boina**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

Item	Especificação	CATMAT	Unidade de medida	Quantidade Total	Valor unitário	Valor Total
1	Boina	451520	Unidade	48.177	R$ 92,4450	R$ 4.453.722,7650

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2 Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto Estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **180 (cento e oitenta) dias** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação encontra-se previsto no PCA 2027, tendo seu quantitativo sido dimensionado com base na demanda prevista para o exercício e adequado às necessidades institucionais da Polícia Militar do Estado de São Paulo, totalizando 48.177 (quarenta e oito mil, cento e setenta e sete) boinas, conforme consignado nas informações básicas do Estudo Técnico Preliminar.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, e conforme descrito abaixo:

3.1.1. A boina deverá ser confeccionada em feltro soft, 100% lã, lisa e homogênea, isenta de manchas, falhas, bolotas ou outros defeitos prejudiciais ao bom aspecto visual e da confecção.

3.1.2. Fabricada em forma circular com bojo achatado, tendo na parte inferior um declive formando uma cintura para separar o bojo da aba.

3.1.3. Quanto ao bojo, na parte lateral, haverá dois ilhoses de latão na cor preta, com 0,8 mm de diâmetro para ventilação, e entre eles um macho de botão de pressão 13 mm ± 1 mm em ferro cromado e uma fêmea com a calota na cor preta e corpo cromado, situada na aba.

3.1.4. A aba possuirá um debrum de couro na cor preta de 0,7 a 1,0 mm de espessura, com 10 mm de diâmetro, na qual será colocado um fitilho de ponta dupla com 13 cm de comprimento ± 1,5 cm, para o ajuste da boina na cabeça.

3.1.5. Terá uma forração interna, na cor preta, por toda a extensão da boina.

3.1.6. Será aplicado, internamente do lado direito, um reforço em 100% fibras de couro, na forma retangular, medindo 60 x 70 mm, costurado no debrum e forro, destinado a receber externamente a insígnia da Corporação.

3.1.7. As quantidades das boinas adquiridas podem ser nas seguintes cores:

a) cinza-bandeirante;

b) azul-celeste;

c) preta; e

d) verde.

3.1.8. Laudos obrigatórios:

3.1.8.1. Quanto às cores, o processo de tingimento utilizado deverá ser o de dispersão para tecidos mistos. As cores devem ter, em sua formulação, corantes que permitam a obtenção de refletâncias que simulem as dos materiais encontrados no meio ambiente, na faixa de luz visível e na faixa espectral de infravermelho, apresentando os valores baseados na NBR ISO 105 J01/08 (2013), Delta tolerável de até 1,5, nas seguintes conformidades:

a) Cinza-bandeirante:

Iluminante	L*	a*	b*
D65/10°	29,08	0,62	- 2,27

A/10°	29,06	1,68	- 2,64
T84/10°	28,54	0,75	- 2,83

b) Azul-celeste:

Iluminante	**L***	**a***	**b***
D65/10°	37,11	- 5,04	- 30,32
A/10°	33.36	- 13,56	- 36,64
T84/10°	34,02	- 5,36	- 34,82

c) Preta:

Iluminante	**L***	**a***	**b***
D65/10°	10,82	0,15	- 0,85
A/10°	10,80	0,22	- 0,86
T84/10°	10,80	- 0,14	- 0,90

d) Verde:

Iluminante	**L***	**a***	**b***
D65/10°	19,82	- 2,11	8,93
A/10°	20,19	0,22	8,87
T84/10°	20,06	- 2,69	9,69

3.1.8.2. Ensaios químicos, físicos e mecânicos:

Ensaios (por cores)	**Metodologia**	**Resultado**
Boina cinza-bandeirante: Solidez de cor à lavagem	NBR ISO 105-C06/10	≥ 3
Boina cinza-bandeirante: Solidez de cor à luz	NBR ISO 105-B02/2019	≥ 4

Boina cinza-bandeirante: Solidez de cor à fricção	NBR ISO 105-X-12/19	≥ 4
Boina azul-celeste: Solidez de cor à lavagem	NBR ISO 105-C06/10	≥ 4
Boina azul-celeste: Solidez de cor à luz	NBR ISO 105-B02/2019	≥ 3
Boina azul-celeste: Solidez de cor à fricção	NBR ISO 105-X-12/19	≥ 4
Boina preta: Solidez de cor à lavagem	NBR ISO 105-C06/10	≥ 4
Boina preta: Solidez de cor à luz	NBR ISO 105-B02/2019	Alteração escala cinza 5
Boina preta: Solidez de cor à fricção	NBR ISO 105-X-12/19	≥ 3
Boina verde: Solidez de cor à lavagem	NBR ISO 105-C06/10	≥ 3
Boina verde: Solidez de cor à luz	NBR ISO 105-B02/2019	≥ 4
Boina verde: Solidez de cor à fricção	NBR ISO 105-X-12/19	≥ 4

Ensaios (válidos para todas as cores)	**Metodologia**	**Resultado**
Fator de proteção ultravioleta	AS 4399:2020	50+
Composição do feltro	NBR 13538/95 NBR 11914/92	100% lã ± 3%
Gramatura mínima do feltro	NBR 10591/08	560 g/m²
Teste de repelência de água	AATCC22	Nota mínima: 90
Composição do forro	NBR 13538/95 NBR 11914/92	67% poliéster e 33% algodão ± 5%
Composição do fitilho	NBR 13538/95 NBR 11914/92	No mínimo 75% de fibra sintética
Composição do debrum	ISO 17131/20	100% couro ± 3%

3.1.8.3. Os laudos podem ser em nome da licitante ou em nome da fabricante da boina.

3.1.8.4. Somente serão aceitos laudos lavrados por órgãos/entidades acreditados pelo Inmetro e que tenham sido emitidos em, no máximo, o ano anterior da abertura do edital.

3.1.8.5. O rol de laudos é o mínimo como prova de qualidade, podendo a Administração, em qualquer etapa da licitação, exigir novamente os mesmos ou outros, ou ainda relatórios, ensaios ou congêneres, às custas da contratada, desde que devidamente fundamentados, especialmente se, durante a análise visual de qualquer conferidor, as características da amostra fornecida estiverem aparentemente divergentes do que foi especificado no Termo de Referência e/ou no Estudo Técnico Preliminar, ou ainda demonstrarem fragilidade estrutural de elementos do item.

3.1.9. Medidas (em cm)

3.1.9.1. Internas (A)

Circunferência da carneira ±0,6 cm	54	55	56	57	58	59	60	61	62

3.1.9.2. Altura da lateral (B)

Altura ± 0,5 cm	6,5	6,5	7	7	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5

3.1.9.3. Externas (C)

Circunferência da boina ± 0,7 cm	66	66	68	68	70	70	72	72	72
Circunferência do forro ± 0,6 cm	69	69	69	71	71	71	71	71	72

3.1.9.4. Comprimento do reforço (D)

Comprimento ± 0,5 cm	7

3.1.9.5. Lateral do reforço (E)

Lateral ± 0,5 cm	6

3.1.9.6. Distância do fitilho até o reforço (F)

Tamanho modelo ± 0,5 cm	54	55	56	57	58	59	60	61	62
Circunferência ± 0,5 cm	18	18,5	19	19,5	20	20,5	21	21,5	21,5

3.1.9.7. Espessura do fitilho (G)

Espessura ± 0,1 cm	0,6

3.1.9.8. Comprimento do fitilho até a base (H)

Comprimento ± 0,5 cm	13

3.1.9.9. Medida (I)

Distância do ilhós até o centro do macho do botão ± 0,3 cm	3

3.1.9.10. Medida (J)

Distância do centro das partes do botão macho e fêmea ± 0,3 cm	3

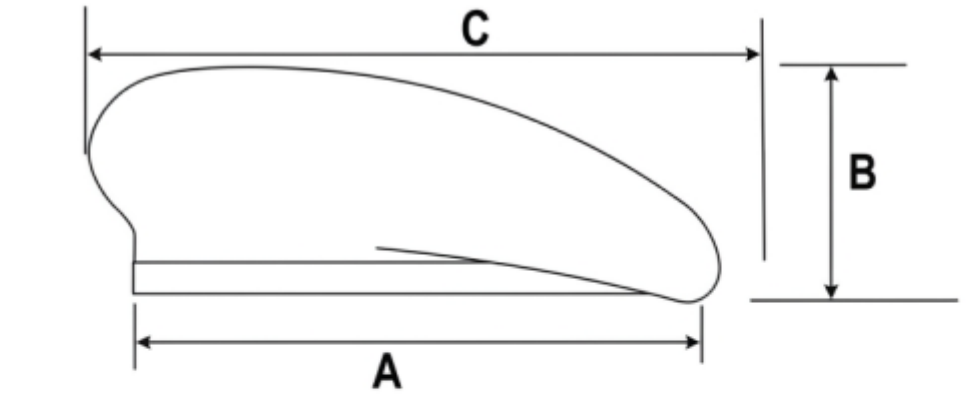
3.1.9.11. Medida (K)

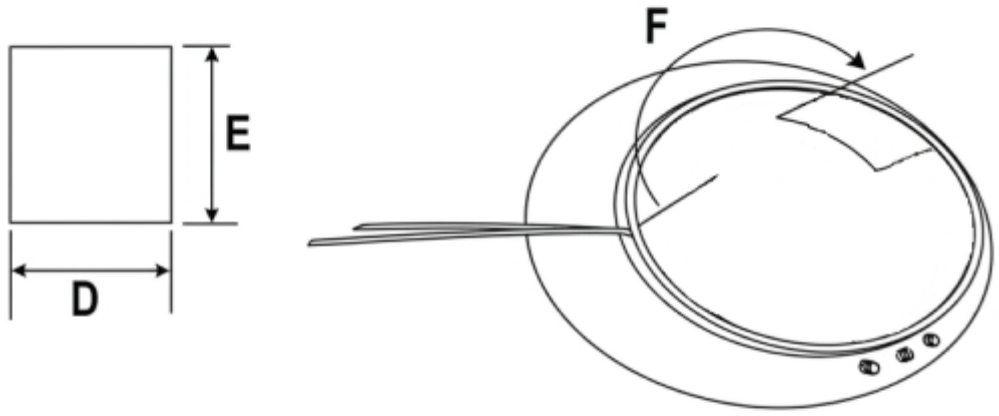
Distância do vinco ± 0,2 cm	2

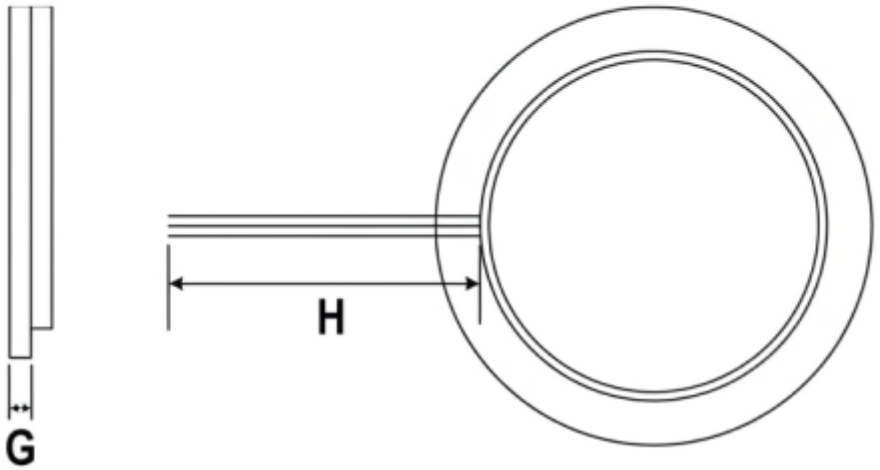
3.1.9.12. Medida (L)

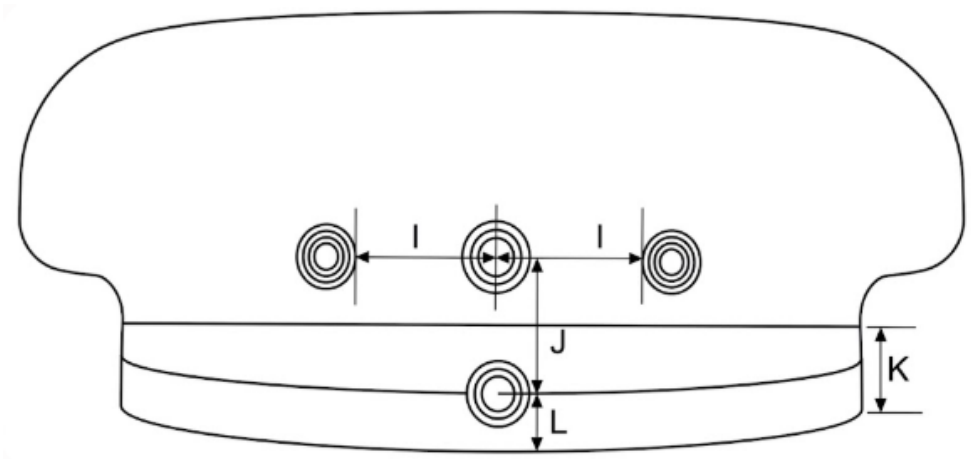
Distância da base até o centro do botão ± 0,1 cm	1

3.1.10. Ilustrações das medidas:

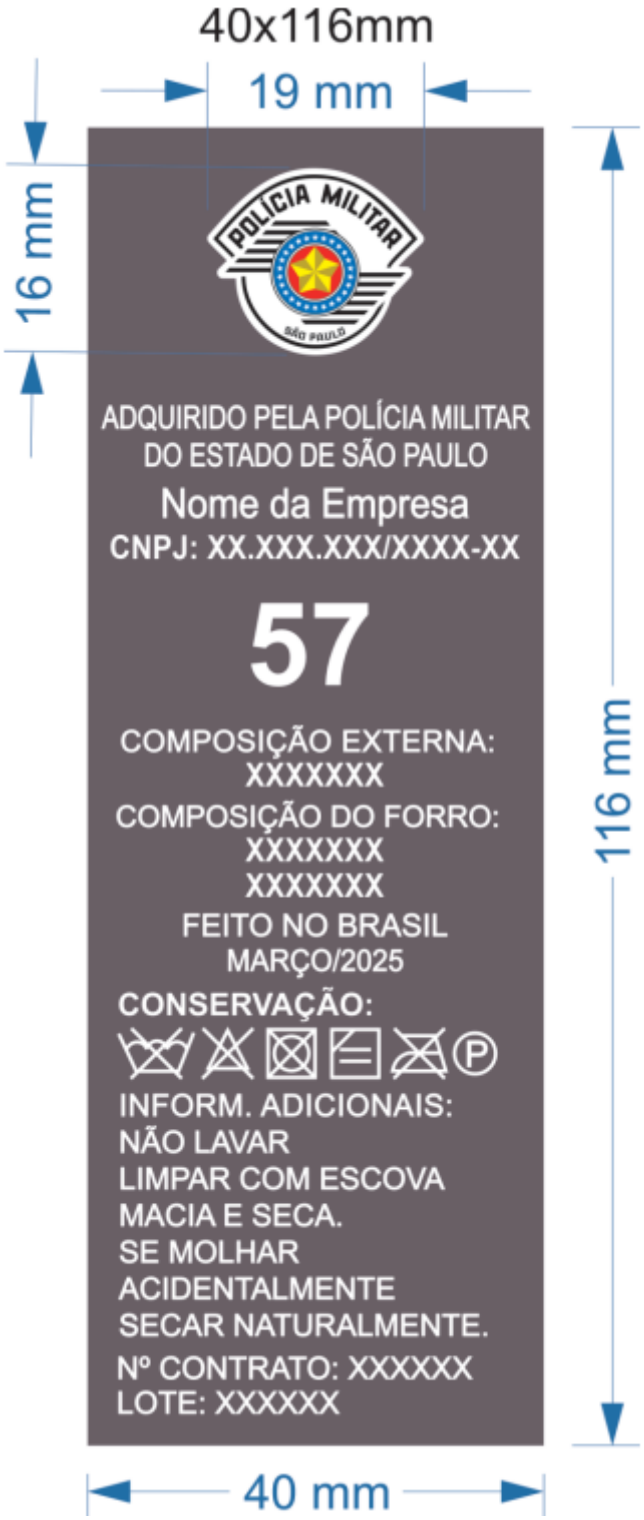

C
B
A


E
D
F


H
G


I
I
J
K
L

3.1.11. Cada peça deverá trazer uma etiqueta fixada internamente no bojo da boina, de material termotransferível, na cor cinza e com letras brancas, contendo inicialmente a logomarca da Polícia Militar do Estado de São Paulo e logo abaixo a inscrição "ADQUIRIDO PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO" em caixa alta e em seguida a razão social e o CNPJ do fabricante, o número relativo à circunferência da cabeça, composição do tecido, país de origem, mês e ano de fabricação, instruções de lavagem e conservação, número do contrato e lote. Os valores dos parâmetros de lavagem e conservação contidos na etiqueta serão de responsabilidade do fornecedor. Abaixo segue modelo da etiqueta com as referidas medidas, tendo tolerância de -10% a +20%. Tais tolerâncias abarcam também a Logomarca da PMESP desde que a mesma esteja com as medidas proporcionais, não causando assim deformações visuais.



3.1.12. Acondicionamento: deverão ser embaladas por unidade envoltas em plástico transparente, acondicionadas em caixas de papelão retangulares, grampeadas na lateral, fechadas por fita gomada de 8 cm de largura. Quantidade de unidades por caixa: Mínimo de 50 (cinquenta) e Máximo de 150 (cento e cinquenta) unidades. Externamente, cada caixa deverá conter uma etiqueta, com as seguintes inscrições conforme figura abaixo:

3.1.12.1. Nome da empresa fornecedora;

3.1.12.2. Conteúdo da caixa, tamanhos, quantidade e peso;

3.1.12.3. Mês e ano de fabricação;

3.1.12.4. Número da nota fiscal e do empenho;

<table>
<tr><td colspan="3">POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE MATERIAL DE INTENDÊNCIA</td></tr>
<tr><td colspan="3">ITEM</td></tr>
<tr><td>MÊS E ANO DE FABRICAÇÃO</td><td>2026</td><td>MÊS E ANO DE FABRICAÇÃO</td></tr>
<tr><td colspan="3">FORNECEDOR</td></tr>
<tr><td>NE Nº</td><td>NF Nº</td><td>PAR ☐
ROLO ☐
UNIDADE ☐</td></tr>
<tr><td>PESO BRUTO (KG)</td><td>TAMANHO</td><td>QUANTIDADE</td></tr>
</table>

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Vide tópicos “Benefícios a serem alcançados com a contratação” e “Possíveis impactos ambientais” do Estudo Técnico Preliminar.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação não serão indicadas marcas.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não haverá vedação de contratação de marcas ou produtos.

Da exigência da amostra

4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra(s), que terá data, local e horário de realização do procedimento de avaliação divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.5. Será(ão) exigido(s) amostra(s) de **01 (uma) Boina** de cada cor **(cinza-bandeirante, azul-celeste, preta e verde)**, de qualquer tamanho, conforme descrito neste Termo de Referência, na fase de julgamento da proposta antes da assinatura do contrato, nos termos do artigo 41, inciso II, da Lei n° 14.133/21 como prova de qualidade de produto.

4.6. A(s) amostra(s) deverá(ão) ser entregue(s), juntamente com os respectivos certificados e/ou laudos e/ou notas fiscais e/ou congêneres comprobatórios quando exigidos, que deverão ser, no máximo, do ano anterior a publicação do Edital, na **Seção de Intendência e Almoxarifado do Centro de Material de Intendência** (DESTINATÁRIO), situada na Avenida Água Fria, 1923, fundos, Barro Branco, São Paulo/SP, CEP 02333-001, no prazo limite de **10 (dez) dias corridos**, em horário de expediente das 08h às 18h de segunda à sexta-feira, a contar do aceite da proposta, sendo que o fornecedor assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega. Será aceita a data de postagem da amostra, desde que a empresa apresente o código de rastreamento comprovando que postou a amostra dentro do prazo.

4.7. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido por igual período, mediante solicitação fundamentada do interessado, motivada por condição superveniente e apresentada antes do término do prazo originalmente fixado.

4.8. No caso de não haver entrega da(s) amostra(s) ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra(s) fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, em consonância com a descrição do material e as exigências estabelecidas no item 3 deste Termo de Referência:

4.9.1. Avaliação das composições dos materiais, conforme os documentos apresentados, para verificar a conformidade com a descrição no item 3.

4.9.2. Análise comparativa do formato/modelo, assegurando que esteja dentro dos padrões descritos no item 3.

4.9.3. Análise comparativa das medidas, confirmando que atendam aos padrões descritos no item 3.

4.9.4. Demais análise comparativa de Laudos, fichas técnicas e congêneres que comprovem as resistências e características do item, assegurando a conformidade com as descrições do item 3.

4.9.5. Os laudos apresentados em conjunto com a amostra deverão ter sido emitidos, no máximo, no ano anterior à publicação do Edital e elaborados por laboratórios devidamente acreditados pelo Inmetro. Além disso, os ensaios constantes dos laudos deverão estar abrangidos pelo escopo de acreditação do respectivo laboratório para a norma técnica aplicável ao ensaio realizado, não sendo aceitos laudos referentes a ensaios executados fora do escopo de acreditação do laboratório emissor.

4.9.6. Caso durante a análise da(s) amostra(s) e laudo(s) surgir(em) dúvidas quanto a sua real compatibilidade com o objeto descrito no item 3, a equipe técnica poderá remeter a(s) amostra(s) a um dos laboratórios credenciados pelo Inmetro para exames à custa do licitante vencedor, para sanar tais dúvidas devidamente justificadas a respeito das especificações.

4.10. Diante dos aspectos apresentados no item 4.9, a **metodologia de avaliação** das amostras ocorrerá da seguinte forma:

4.10.1. a avaliação da amostra será realizada na data previamente agendada e divulgada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado (DOE), consistindo na análise visual, dimensional e documental da boina, com o objetivo de verificar sua conformidade com as especificações e os requisitos técnicos estabelecidos no Termo de Referência. Inicialmente, será realizada a inspeção física e visual da peça, contemplando a verificação dos aspectos construtivos, das características dos materiais empregados e dos acabamentos, observando-se integralmente os requisitos especificados nos subitens 3.1.1 ao 3.1.11. Serão examinados, entre outros aspectos, a conformação e as dimensões da copa, a tonalidade e a uniformidade da cor, as características e a composição da fibra têxtil, a qualidade das costuras e dos acabamentos, o posicionamento e a fixação dos elementos constitutivos, os ilhoses laterais, o botão de pressão, a vaqueta preta, o cordão interno destinado ao ajuste e os demais componentes previstos para a composição da peça.

4.10.2. Na sequência, será realizada a verificação dimensional da amostra, mediante a utilização de instrumentos de medição como fita têxtil 150 cm e régua 30 cm, observando-se as dimensões e os parâmetros estabelecidos nas

especificações técnicas do Termo de Referência. Também serão avaliadas as características dos materiais, a qualidade da confecção e a execução dos acabamentos, de modo a assegurar o atendimento integral às exigências estabelecidas.

4.10.3. Além inspeção física, será realizada a análise da documentação técnica apresentada pela licitante, compreendendo os laudos, certificados, fichas técnicas e demais documentos comprobatórios exigidos no subitem 3.1.8, com a finalidade de verificar sua adequação e suficiência para comprovar o atendimento aos requisitos técnicos e às características especificadas para o objeto.

4.10.4. Concluída a avaliação, o resultado da avaliação será formalizado por meio de parecer técnico, no qual, em caso de reprovação, deverão ser apontadas de forma expressa e fundamentada as desconformidades identificadas, com a indicação dos respectivos itens e subitens do Termo de Referência que não tenham sido atendidos, acompanhadas, sempre que cabível, de registros fotográficos que evidenciem as inconformidades constatadas. Na hipótese de aprovação, o parecer deverá atestar expressamente que a amostra apresentada atende às exigências e especificações estabelecidas no edital, devendo ser acompanhado de registro fotográfico da peça avaliada, para fins de documentação, comprovação e rastreabilidade do procedimento.

4.10.5. A aprovação da amostra estará condicionada ao cumprimento integral das especificações técnicas e das exigências estabelecidas no edital. A constatação de qualquer inconformidade em relação aos requisitos previstos nos subitens 3.1.1 a 3.1.11, bem como a ausência ou inadequação da documentação exigida no subitem 3.1.8, ensejará a reprovação da amostra e, consequentemente, de todo o lote amostral, uma vez que não serão admitidas divergências em relação às características e condições expressamente estabelecidas no instrumento convocatório.

4.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.13. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.14. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 15 (quinze) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.15. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Inspeção e Exame:

4.16. O material poderá ser submetido à inspeção durante a fase de confecção, a critério do Sr(a). Dirigente e do Gestor do Contrato, mediante acompanhamento da execução contratual, sempre que considerada necessária à verificação do atendimento às especificações estabelecidas neste Termo de Referência. A previsão encontra fundamento no dever de acompanhamento e fiscalização da execução contratual estabelecido pelo art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo o qual compete à Administração acompanhar a execução do contrato, registrar as ocorrências e determinar as providências necessárias à correção de faltas ou defeitos eventualmente identificados. No caso de aquisição de bens, o art. 140, inciso II, da mesma Lei estabelece a necessidade de verificação da conformidade do material com as exigências contratuais, admitindo-se, inclusive, a rejeição total ou parcial do objeto quando constatado seu desacordo com o contrato. Nesse contexto, a inspeção durante a confecção constitui mecanismo de fiscalização preventiva, destinado a permitir à Administração o acompanhamento das etapas produtivas e a identificação tempestiva de eventuais desconformidades relativas aos materiais empregados, dimensões, características construtivas, acabamento, processos de confecção e demais requisitos previstos no instrumento convocatório e seus anexos. A adoção desse procedimento mostra-se especialmente pertinente em razão das características técnicas do objeto e da necessidade de assegurar sua padronização, qualidade e conformidade antes da conclusão integral do fornecimento, possibilitando a adoção de medidas corretivas em momento oportuno e reduzindo os riscos de produção e entrega de quantitativos em desacordo com as

especificações contratadas. A medida atende, ainda, aos princípios do planejamento e da eficiência visando a prevenção de riscos, na medida em que permite o tratamento antecipado de não conformidades, evitando que estas sejam identificadas somente por ocasião do recebimento do objeto, quando eventual correção poderá demandar retrabalho, substituição de peças, prorrogação de prazos, custos adicionais e comprometimento do abastecimento institucional. A inspeção não afastará a responsabilidade da contratada pela integral execução do objeto nem substituirá os procedimentos de recebimento provisório e definitivo, constituindo instrumento complementar de fiscalização destinado a assegurar que a execução ocorra em estrita observância às condições estabelecidas no contrato.

4.17. As amostras retiradas na forma do item 5.3.2, serão remetidas a um dos laboratórios acreditado pelo Inmetro para exame, a critério da Comissão de Recebimento e às custas do fornecedor.

Recebimento e Recusa

4.18. Será recusado o recebimento do material quando as características do produto entregue não estiverem em conformidade com a amostra aprovada e homologada ou não atenderem às exigências estabelecidas na presente especificação. A Comissão de Recebimento de Materiais poderá entrar em contato com a Equipe Técnica para ter acesso à amostra aprovada. Ainda, em caso de dúvidas ou divergências quanto às especificações técnicas ou ao atendimento aos requisitos da especificação, poderá ser solicitada à Equipe Técnica a análise de cada caso, com a posterior formalização de documento ao Gestor do Contrato.

4.18.1. A amostra apresentada pela licitante e aprovada durante o certame passará a constituir o modelo padrão de referência para toda a execução contratual, servindo como parâmetro objetivo para as atividades de fiscalização e recebimento dos materiais. Assim, caso surjam dúvidas tecnicamente fundamentadas quanto à conformidade dos produtos entregues em relação às especificações técnicas estabelecidas no edital, aos laudos apresentados ou ao modelo padrão aprovado, será facultado à Administração realizar a retirada de amostras dos lotes entregues para análise comparativa nos moldes da NBR 5426. Nessas hipóteses, as amostras poderão ser encaminhadas a laboratório acreditado pelo INMETRO, com a finalidade de verificar se os materiais fornecidos mantêm as mesmas características e especificações técnicas da amostra homologada, incluindo, quando aplicável, testes físicos, químicos e mecânicos dos componentes previstos no Termo de Referência. Constatada divergência que comprometa o atendimento das especificações técnicas exigidas ou a equivalência com o modelo padrão aprovado, o lote correspondente poderá ter seu recebimento recusado, sem prejuízo da aplicação das demais medidas contratuais cabíveis.

Da exigência de carta de solidariedade

4.19. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante do objeto ou de partes dele, que assegure a execução do contrato.

Garantia da contratação

4.20. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de entrega

5.1. O prazo de entrega será o estabelecido na tabela abaixo, devendo cada parcela ser entregue integralmente em remessa única.

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
1	Até 25% do quantitativo total do(s) item(s).	30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato.

2	Acima de 25% até 50% do quantitativo total do(s) item(s).	45 (quarenta e cinco) dias a contar da assinatura do contrato.
3	Acima de 50% até 75% do quantitativo total do(s) item(s).	60 (sessenta) dias a contar da assinatura do contrato.
4	Acima de 75% do quantitativo total do (s) item(s).	90 (noventa) dias a contar da assinatura do contrato.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **15 (quinze) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado e Gráfica do Centro de Material de Intendência, situada na Avenida Água Fria, 1923, fundos, Barro Branco, São Paulo/SP, CEP 02333-001, referência: Centro de Material de Intendência (CMI). A critério da Comissão de Recebimento de Materiais da Diretoria de Logística.

5.3.1. Quando o caso requerer testes mediante exames laboratoriais, serão retiradas amostras dos lotes entregues, de maneira aleatória e em quantidade de acordo com a norma da ABNT NBR-5426, que trata dos Planos de Amostragem e Procedimentos na Inspeção por Atributos.

5.3.2. Tais amostras serão remetidas a um dos laboratórios acreditados pelo Inmetro para exame, a critério da Comissão de Recebimento e à custa do licitante vencedor, para sanar eventuais dúvidas devidamente justificadas a respeito das especificações.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, sendo que nesse período deverão ser cobertos quaisquer problemas apresentados em decorrência de defeito de fabricação;

5.4.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido na subdivisão acima, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelo (s) respectivo (s) substituto (s) (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, caput).

Fiscalização técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1°, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do artigo 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o artigo 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 75 da Lei n° 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do artigo 143 da Lei n° 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período,

justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e § 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei n° 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n° 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao O Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores Sicaf.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do artigo 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto

estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n° 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será entrega imediata após a assinatura do contrato em remessa única conforme o prazo do subitem 5.1.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br /empreendedor;

8.7. **Sociedade empresária**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei n° 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. **Agricultor familiar:** Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023;

8.13. **Produtor Rural pessoa física:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (artigos 15 a 17 e 146);

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação – ICMS, e, nos termos da Lei Complementar n° 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trata de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.25. Comprovação de capacidade operacional para execução de fornecimento similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão (ões) ou atestado (s), fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.25.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o (s) atestado (s) ou certidão (ões) deverá (ão) dizer respeito a contrato (s) executado (s) com a (s) seguinte (s) característica (s) mínima (s):

8.25.1.1. Deverá (ão) ser apresentado (s) atestado (s) de capacidade técnica anterior em contrato de mesma natureza e porte, fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de Direito Público ou Privado. Este (s) atestado (s) deverá (ão) conter, necessariamente, a especificação do tipo de compra, com indicações das quantidades fornecidas de, no mínimo, 30% do objeto a ser contratado;

8.25.1.2. O (s) atestado (s) deverá (ão) conter: local do fornecimento, quantidade do fornecimento dos produtos da mesma natureza e identificação da pessoa jurídica emitente, bem como o nome e o cargo do signatário;

8.25.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de fornecimento similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de fornecimentos executados de forma concomitante;

8.25.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.25.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado (s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

Outras comprovações

8.26. Tratando-se de consórcio, caso admitida a sua participação:

8.26.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;

8.26.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.26.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.26.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.27. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.27.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.27.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.27.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.27.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.27.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.27.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.27.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R$): 4.453.722,76

9.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 4.453.722,7650 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, setecentos e vinte e dois reais e setenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos em anexo. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

9.1.1. As estimativas do valor da contratação foram elaboradas em conformidade com os critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021. O levantamento considerou valores referenciais obtidos a partir de contratações similares realizadas pela Administração Pública, bem como outras fontes de pesquisa admitidas pelo Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023. As estimativas contemplam os preços unitários referenciais, as memórias de cálculo e os documentos que lhes dão suporte, com a indicação dos parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos. Tais informações constam no Estudo Técnico Preliminar e Relatório de Pesquisa de Preços, em apêndice ao processo.

10. Adequação orçamentária

10.1. A presente licitação compatibiliza-se com as leis orçamentárias, sendo que a indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização de contratação decorrente do sistema de registro de preços.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

HELLEN EVELIN MEDEIROS RIBEIRO

Equipe de apoio

Assinou eletronicamente em 24/11/2026 às 10:28:54.